

PAÍS ÀS AVESSAS

Antônio Álvares da Silva
Professor titular da Faculdade de Direito da UFMG

O Brasil está às avessas. Atravessa talvez a pior crise de sua história porque, aos problemas econômicos, se acrescenta a falta de ética de respeito às instituições democráticas. Os políticos lançaram o país num abismo e não se sabe como retirá-lo de lá. A crise afeta todos os poderes da República e, mesmo com a lanterna de Diógenes de Sínope, está difícil encontrar nas classes dirigentes uma pessoa honesta que tenha como propósito servir ao país.

Dilma Rousseff foi deposta por um golpe jurídico. Não tenho por ela nenhuma admiração nem rejeição. Mas defendo a legitimidade de sua pessoa no cargo, escolhida livremente pelo povo. Foi apeada de lá por um fato insignificante que poderia ter sido facilmente superado, principalmente quando se sabe que foi usado nos governos anteriores sem a drástica consequência de tirar um presidente da República de seu cargo.

A História caminhou e assumiu o vice-presidente, pelo modo constitucionalmente previsto. Se não se salvou a ilegalidade anterior, pelo menos houve obediência aos princípios da Constituição. Mas agora o problema reacende com a mesma desenvoltura e a classe política se arma para retirar o atual presidente através de um impeachment baseado numa gravação desconexa, obtida por processos eticamente reprovados. Todos reconhecem que vivemos num ambiente rarefeito de ética e de princípios. Mas, para qualquer punição, é preciso culpa demonstrada e provada. Não se retira do cargo um presidente da República, contrariando a vontade popular, com base em presunções e indícios, que vieram ao mundo jurídico por ilação e deduções. Estamos a pique de violar novamente, princípios constitucionais. Estamos fazendo pouco do que há de mais essencial para os homens viverem em sociedade – o respeito à ordem jurídica. Nenhuma nação se imporá ao povo e às outras nações no plano internacional se nela a ordem jurídica não gozar de respeito e acatamento. Vamos, mais uma vez, cair no ridículo e na reprovação dos países civilizados e passar de novo por constrangimentos vividos pelo presidente na viagem à Noruega.

Não sou contra a punição de qualquer autoridade ou pessoa. Mas é preciso que seja provada a culpa. E não se há de usar o ambiente imoral que se vê por todo lado, inclusive no governo para condenações pessoais. É preciso que haja prova certa e clara contra o presidente, para que não se perpetre violação ao Estado Democrático de Direito, o bem mais precioso de quem vive em liberdade.

Se for deposto Michel Temer, quem colocaremos em seu lugar? Será que a lâmpada de Diógenes, mesmo multiplicada em sua potência, será capaz de achar um homem honesto na política brasileira? Naturalmente, deve existir, depois de muito procurar, mas os conchavos políticos permitirão sua escolha? É possível que, ocorrendo vacância dos dois cargos (presidente e vice), quem for eleito pelo Congresso sofra impeachment no dia seguinte à posse. Desculpa arranja-se para tudo, desde que o julgamento seja político, pois aqui não se cogita de prova, mas de interesse.

Seria muito melhor para o país se estivéssemos discutindo as reformas que estão no Congresso, em debates científicos e oportunos que propiciassem leis justas e boas de que todos tanto carecem. Mas o que vemos é uma cena tragicômica dos Poderes da

República digladiando entre si, expondo suas entranhas vazias ao país que deveriam representar com dignidade e zelo. Está na hora de perguntar: nosso povo merece tudo isto?

* Quando este artigo já estava escrito, o procurador Rodrigo Janot apresentou a denúncia contra o presidente Temer. O que se espera agora é um debate de inteligência e dialética jurídicas cujo resultado mostre a Justiça em sua força construtiva e apaziguadora das divergências humanas. Lembrem-se os contendores de que a Constituição e a lei são muito maiores do que as partes em disputa.